



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE ÁREAS PROTEGIDAS
COORDENADORIA DE ECOSISTEMAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS
RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

Benjamin Carlos Ferreira - GEMFI

Maria de Nazaré Bentes de Lima – GPFLORA

Belém - PA

2011

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A audiência pública no município de Camopola ocorreu no dia 06 de setembro de 2011, na Plenária da Câmara Municipal por determinação do Ministério Público, através do ofício onde foram indicados os servidores públicos Maria de Nazaré Soares de Lima da Coordenação de Políticas de Áreas Prioritárias.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

I) Saúde Pública

II) Segurança Pública

III) Urbanismo e Meio Ambiente

IV) Educação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

03

03

03

04

04

06

06

Das problemáticas levantadas:

Turismo desordenado durante férias e feriados acarretando em acúmulo de resíduos sólidos e excesso de carga ao ambiente;

Atualmente o turismo é predatório, pois ocorre retirada indevida de areia das dunas e da vegetação da restinga para facilitar o acesso ao lago em desacordo com a legislação por se tratar de Área de Preservação Permanente (APP);

Ocorrem passeios irregulares com quadriciclos e outros veículos na área da praia e das dunas ocasionando acidentes graves, não há regulamentação da atividade nem fiscalização;

Avanço das barracas em direção as dunas em função do avanço da maré a cada ano, podendo ocasionar na degradação do ecossistema;

A alta potencialidade para o turismo não beneficia o município em questões de impostos, pois a administração da Ilha do Atalaia não é responsabilidade da prefeitura, que não pode cobrar IPTU e portanto não encontra condições de investimentos no local;

A praia da Corvina também foi citada em função das condições sanitárias precárias das barracas que fornecem alimentos e bebidas no local;

Propriedade particular na área das dunas considerada APP pelo código florestal;

Das Necessidades

Articulação entre os governos estadual e municipal para atuar nas questões ambientais, uma força tarefa;

Organização da sociedade civil para atuar com o turismo sustentável que levará desenvolvimento para a região e proteção para os ecossistemas;

Cálculo da Capacidade de Carga do ambiente a fim de regulamentar o acesso de veículos em quantidade e tamanho, sendo imprescindível a restrição de veículos em determinados trechos considerados mais frágeis ou mesmo limitar o acesso de veículos na zona entremarés da praia;

Projetos de educação ambiental permanente envolvendo todo o público;

Fiscalização sanitária e condições de regulamentação das barracas quanto às normas vigentes;

Reunião entre os órgãos governamentais a fim de definir as responsabilidades em torno da administração da Ilha, a fim de regulamentar as atividades;

Levantamento fundiário para verificação das condições do título expedido para proprietário ou de concessão de uso na área das dunas e trâmites para a desapropriação da área, que foi mencionada na audiência como propriedade particular, no entanto, não há benfeitorias.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente se manifestou quanto a vontade de se criar um UC de uso sustentável na área de manguezal da praia do Atalaia. A SEMA se dispôs a ser parceira neste processo por ter tal competência, mas foi informada que o processo de criação foi solicitado ao ICMBIO.

Propõe-se diante disto uma reunião entre Secretaria Municipal e Estadual de Meio Ambiente e ICMBIO a fim de se estabelecer os limites das unidades de conservação bem como para discutir um possível mosaico de unidades.

Além disso, foram levantados pelos vereadores a questão do Lixão Municipal que se encontra em condições precárias de operacionalização.

IV) Educação

Foram abordadas as questões referentes aos direitos dos alunos a assistirem aulas de qualidade, ano com 200 dias letivos e 04 horas diárias de aulas que nem sempre são cumpridos. Há dispensa de aula por motivos variados e em função do turno intermediário os alunos são prejudicados as horas de aulas. É extremamente necessária a construção de mais escolas e a realização de concursos públicos a fim de garantir todos os direitos aos estudantes. Foi citada a proposta de construção de uma escola modelo no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Secretaria através de seus representantes declarou que não se opõe ao desenvolvimento, desde que ocorra com bases sustentáveis e de forma ordenada.